



ENTRE A CRUZ E A ESPADA: TRAJETÓRIA DE VIDA DE JAIME WRIGHT

Felipe Moreira Barboza Duccini¹

Doutorando PPGH-UFBA



<https://orcid.org/0009-0003-2976-8953>

Recebido em: 20/01/2024

Aprovado em: 09/03/2024

RESUMO

Nesse artigo buscamos analisar a trajetória de vida do reverendo presbiteriano Jaime Wright, dentro do seu contexto político, social e religioso. Dialogando com a Nova História Política e a História Cultural, procuramos compreender a cultura política e religiosa da trajetória de Jaime. Defensor dos direitos humanos no contexto da ditadura militar (1964-1985), fundador e/ou membro do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul (CLAMOR), do Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI), da Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE) e do projeto Brasil Nunca Mais (BNM). Reverendo expoente do ecumenismo protestante, tendo trabalhado quase uma década na Arquidiocese de São Paulo, ao lado do arcebispo D. Paulo Evaristo Arns.

PALAVRAS-CHAVE

Jaime Wright. Igreja Presbiteriana. Ditadura.

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: felipe_duccini@hotmail.com.. A presente pesquisa é realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



INTRODUÇÃO

James Nelson Wright, nome de nascimento, que mais tarde optaria pelo brasileiro Jaime. Foi um reverendo presbiteriano brasileiro, expoente do movimento ecumênico, defensor dos direitos humanos, opositor da ditadura militar. Era filho de missionários dos Estados Unidos, que emigraram para o Brasil em 1923. Sua trajetória começou em Curitiba, no dia 12 de julho de 1927 e se encerrou em Vitória, no dia 29 de maio de 1999, aos 71 anos de idade, deixando um legado de lutas sociais, projetos políticos e religiosos.

Jaime Wright participou da criação e desenvolvimento de diversas instituições e projetos dos quais foi fundador, organizador e/ou coordenador como, por exemplo: o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul (CLAMOR), o Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI), o Serviço Paz e Justiça na América Latina (SERPAJ), a Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE) e o projeto Brasil Nunca Mais (BNM). Essas entidades e projetos tiveram larga repercussão social, religiosa e política no Brasil e na América Latina.² Sua atuação internacional, em solidariedade aos países do Cone Sul que também viviam em ditaduras, ampliava ainda mais seu protagonismo. Jaime visitou muitos desses países em eventos dessas organizações ou como secretário e representante do cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo da Arquidiocese de São Paulo.

² Jaime ainda foi fundador e/ou coordenador de outras entidades, como o Centro Santo Dias de Direitos Humanos, o Movimento de Justiça e Libertação e a Fundação Samuel. Também participou ativamente na Campanha Pela Anistia e da Campanha pela Constituinte.



Revista de História

Universidade Federal da Bahia

Após cursar o Seminário de Princeton, nos Estados Unidos, Jaime retornou ao Brasil em 1950, como missionário ligado a Junta de Nova York,³ para trabalhar na Missão Central do Brasil (MCB), participando da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB),⁴ indo exercer o ministério no interior da Bahia, mudando-se para Ponte Nova, atual Wagner, para dirigir o Instituto de Educação Presbiteriano Ponte Nova.

Em 1964 no contexto do golpe civil-militar,⁵ Jaime Wright transferiu-se para Caetité para dirigir a Igreja Presbiteriana da cidade, onde começou ser conhecido por denunciar os desvios em órgãos do governo estadual, pela luta em prol da justiça social e pela defesa dos perseguidos por razões políticas no país. Nesse período se tornou membro da Associação Baiana de Imprensa e correspondente não remunerado do jornal baiano *A Tarde*, além desse jornal, Jaime escreveu dezenas de artigos para periódicos brasileiros, estadunidenses, latino-americanos e europeus. Escrevia sobre o ecumenismo, as violações dos direitos humanos, as prisões políticas ilegais, e denunciava às torturas e mortes de presos políticos. Com o recrudescimento da ditadura militar no final da década de 1960, por questão de segurança passou a assinar alguns dos seus artigos com o pseudônimo de “Roberto Barbosa”. Em 1968 organizou em Caetité a I Mesa-Redonda Distrital das Lojas Maçônicas, onde foi aprovada uma declaração que condenava a transgressão dos direitos humanos no Brasil. Ao

³ Certificado concedido por John A. Mackay, presidente do *Presbyterian Board of Foreign Missions* de 1944 a 1951. Teólogo escocês, professor de ecumenismo no seminário, teve grande influência no ecumenismo mundial e na formação de Jaime. Arquivo F2J, Caixa 2, pasta 1.

⁴ Igreja protestante de orientação calvinista. Foi fundada em 1862 pelo missionário estadunidense Ashbel Green Simonto (1833-1867). É a maior denominação presbiteriana do Brasil.

⁵ René Dreifuss ao analisar que o golpe de Estado foi um movimento civil e militar no livro **1964: A Conquista do Estado** inicia uma discussão sobre a participação de parte da sociedade civil na ditadura. Em sua tese, ele analisa como civis e empresários do complexo IPES/IBAD exerceram sua influência no regime militar.



Revista de História

Universidade Federal da Bahia

final desse mesmo ano, assumiu a direção da Missão Presbiteriana do Brasil Central, em São Paulo.

ENTRE A CRUZ E A ESPADA

Com a declaração do Ato Institucional nº 5, durante o governo do presidente marechal Artur da Costa e Silva, segundo alguns historiadores, dá-se o início aos “anos de chumbo” o período mais repressor da ditadura.⁶ Assim, no mês da celebração do Natal, em dezembro de 1968, que segundo o reverendo Jaime era tempo de lembrar “aquele que nasceu numa estrebaria malcheirosa e morreu torturado numa cruz infame”.⁷ O governo celebrava a decretação do AI-5, que autorizava o presidente da República, em caráter excepcional, sem apreciação judicial, a: intervir nos estados e municípios, cassar mandatos parlamentares, suspender, por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, decretar o confisco de bens considerados ilícitos e suspender a garantia do *habeas-corpus*. Sendo também decretado o recesso do Congresso Nacional, por tempo indeterminado, somente em outubro de 1969 o Congresso seria reaberto, devido à necessidade de referendar a escolha do general Emílio Garrastazu Médici para a Presidência da República.

O ano de 1968 é considerado o “ano que não acabou”, ficando marcado na história brasileira e mundial pelas manifestações políticas, pela virada cultural, pelas mudanças de costumes, mentalidades e práticas sociais. No Brasil, o movimento estudantil e o movimento operário ganhavam as ruas, protestando, exigindo liberdades democráticas. A greve dos metalúrgicos em Osasco pedia

⁶ D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. (Org) **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

⁷ *Folha de São Paulo*, 6/12/1998. “Contra a teologia da prosperidade”.



Revista de História

Universidade Federal da Bahia

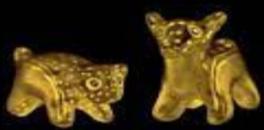
melhores condições de vida e salários e a luta contra o arrocho salarial tomava lugar de destaque nas greves que se espalhavam por todos os cantos do país.

A partir de 1968, com o aumento da repressão, que passou a atingir cada vez mais os clérigos católicos, a Igreja Católica foi afastando-se da ditadura, passando a ter uma atuação mais expressiva nas críticas ao regime e na defesa dos direitos humanos. Nessa mesma época Jaime Wright afasta-se das atividades da IPB, mantendo o foco do seu trabalho no projeto missionário da MCB e se aproximando da ala progressista da Igreja Católica, nas figuras de D. Hélder Câmara e principalmente D. Evaristo Arns.

O afastamento forçado ou voluntário de reverendos ligados ao ecumenismo ou a Teologia da Libertação, por causa da polarização política do país, começou a ser praticada pela IPB desde 1962, mas é com a eleição em 1966 de Boanerges Ribeiro, eleito presidente do Supremo Concílio, com a promessa de moralizar os seminários, varrendo a influência dos “modernistas”, eufemismo para religiosos ligados ao ecumenismo, a Teologia da Libertação, ou associados ao comunismo, que essa perseguição se torna sistêmica dentro da igreja. Durante o mandato de Boanerges, fez parte do Supremo Concílio o tenente-coronel Renato Guimarães, ligado ao Serviço Nacional de Informações (SNI).

Nesse período, o autoritarismo presente na IPB não ficou restrito somente ao âmbito eclesiástico, ocorrendo uma verdadeira caça aos “hereges”,⁸ associada a mentalidade da repressão governamental de caça aos “subversivos”, levando vários reverendos e teólogos presbiterianos, como Waldo César, Rubem Alves, Zwinglio Mota Dias (que foi torturado e teve o irmão Ivan assassinado) e João

⁸ Partindo do conceito de heresia enquanto relações de poder, onde quem a define é quem detém o poder. Para o protestantismo, segundo Rubem Alves (1979, p. 241), o herege é sempre o “outro”, geralmente quem defendia o ecumenismo.



Revista de História

Universidade Federal da Bahia

Dias de Araújo, que escreveu o livro *Inquisição sem fogueiras*,⁹ a se retirarem ou serem expulsos da IPB e perseguidos pela ditadura. Parte desse grupo de reverendos buscaram refúgio no exílio para evitarem a repressão.

No livro de João Dias são explanados os conflitos internos da igreja, pelo qual o autor vivenciou, abordando as diferenças políticas e teológicas entre a ala ecumênica interdenominacional, representados por ele, por Jaime, entre outros religiosos e que recebiam o apoio do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), e a ala fundamentalista conservadora, representados por Boanerges Ribeiro, entre outros, que recebiam o apoio do Conselho Internacional das Igrejas Cristãs (CIIC), fundado por Carl McIntire em 1948 nos Estados Unidos, para fazer frente ao trabalho do CMI. É essa perseguição às práticas ecumênicas que o autor chama de “inquisição” promovida pela IPB, também afirmando que Boanerges instituiu uma “ditadura fundamentalista” dentro da igreja.

Essa fase de repressão do “boanergismo” é até hoje celebrada dentro da IPB, como um período de união e luta contra o ecumenismo, liberalismo teológico, a Teologia da Libertação e os chamados “crentes vermelhos”. Para o pastor e historiador oficial da IPB, Arival Dias Casimiro, o período, em que Boanerges Ribeiro esteve à frente da igreja, foi um dos períodos mais importantes para a sobrevivência da IPB. Chamando esse período de “resistência interna”, ele afirma:

As outras denominações históricas, Metodista e Congregacionais, sucumbiram ao liberalismo teológico e ao movimento de renovação espiritual, respectivamente, pois não tiveram um grupo de resistência interna semelhante ao ‘boanergismo’. Se não fosse o ‘boanergismo’ com certeza

⁹ A segunda edição do livro, lançado em 1982, contou com a tradução para inglês e ajuda de Jaime Wright e sua esposa Alma, que ajudaram no rastreamento das referências bibliográficas e siglas, da filha de ambos, Anita, pela sugestão da ilustração de capa e, por fim, ao CLAMOR, que cedeu sua máquina para este serviço.



Revista de História

Universidade Federal da Bahia

estaríamos participando da Campanha da Fraternidade 2000, promovida pela CNBB.¹⁰

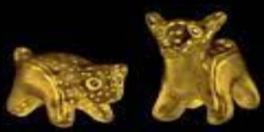
O autor afirma que se não fosse essa “resistência interna” ao “liberalismo teológico” a IPB teria participado da Campanha da Fraternidade 2000, promovido pela Igreja Católica, em parceria com o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC), cujo lema foi “Dignidade Humana e Paz – Novo Milênio Sem Exclusões” que tinha entre seus objetivos: “Unir as Igrejas cristãs no testemunho comum da promoção de uma vida digna para todos, na denúncia das ameaças à dignidade humana e no anúncio do evangelho da paz”.¹¹ O fato ilustra as diferenças entre os dois grupos religiosos e políticos e o grau de ameaça que, na visão dos fundamentalistas, o movimento ecumenista representava dentro da IPB. Para os fundamentalistas, em caso de vitória dos ecumenistas, a participação na Campanha da Fraternidade seria a revolução implementada por esse grupo “subversivo” de “crentes vermelhos”.

Durante esse período de repressão política e religiosa, a IPB chegou a solicitar o afastamento de Jaime do Brasil e da MCB, realizando denúncias contra sua atuação. Sendo informado a IPB que, por ser brasileiro, ele não poderia ser expulso da mesma forma que estava ocorrendo com inúmeros outros religiosos estrangeiros, que nessa época estavam sendo compelidos por pressão das igrejas e do governo a serem expulsos do país. Segundo o próprio reverendo Jaime, ele foi denunciado por diversas vezes aos militares, por membros da IPB, porém, todas as tentativas falharam:

[...] fui contemplado com várias denúncias feitas pelos companheiros deles [Boanerges e aqueles que diretamente estavam relacionados a ele] e isso eu tenho de fonte muito limpa,

¹⁰ CASIMIRO, Arival D. **Resistindo à secularização**. Santa Bárbara d’Oeste, SOCEP, 2002, p. 22.

¹¹ Disponível em: <https://campanhas.cnbb.org.br/campanha/fraternidade2000>. Acesso: 03/08/2021.



Revista de História

Universidade Federal da Bahia

porque um amigo que eu tive durante muito tempo foi o Coronel Teodoro de Almeida (Pupo) que por sua vez tinha um cunhado Coronel, também. [...] Coronel [Renato] Guimarães. E o Coronel Guimarães, claro, passava as notícias para o cunhado, Coronel Pupo, e eu ficava sabendo de antemão dos planos, as estratégias da IPB com relação à repressão, a tentativa da repressão da Missão Presbiteriana Brasil Central, e as denúncias que eles pretendiam fazer. [...] E, as denúncias eram feitas, mais ou menos, no seguinte estilo: eles sempre faziam questão de dizer que: Jaime Wright não é da nossa Igreja Presbiteriana, ele é de outra Igreja Presbiteriana, é de uma Igreja Americana ecumenista - e, eles usavam o tom pejorativo para falar de ecumenismo; é membro do Conselho Mundial de Igrejas- que, notoriamente, é um órgão subversivo; e que, sendo esta Igreja membro do Conselho Mundial de Igrejas e, Jaime Wright sendo membro desta igreja, Jaime Wright, então, é, também, subversivo e perigoso. Era mais ou menos este estilo que eles usavam para me denunciar. [...]]¹²

Na visão da igreja, ser ecumenista era ser “subversivo”. O CMI, que patrocinava o ecumenismo pelo mundo, era considerado um “órgão subversivo”, era um discurso similar ao utilizado pelos órgãos da repressão militar para eliminar qualquer opositor acusando-o de “comunista” e “subversivo”. Desse modo, a igreja seguia a mesma linha, eliminando seus opositores, taxando-os de “ecumenista” e de “crentes vermelhos”.

Chama atenção, também nesse depoimento, as intrincadas relações entre os militares e a IPB. Encontramos referência sobre o coronel Theodoro de Almeida Pupo e sua relação com os presbiterianos no trabalho de Alderi Matos, que informa que em 1960, durante o processo de nacionalização da Universidade Mackenzie, “tomaram posse os últimos dirigentes nomeados pela Junta norte-americana: Rev. Richard Waddell (presidente), Rev. M. Richard Shaull (vice-

¹² JUNIOR, Valdir Gonzalez Paixão. Poder, memória e repressão: a Igreja Presbiteriana do Brasil no período da ditadura militar (1966-1978). Bauru. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*. 2014, p. 34.



Revista de História

Universidade Federal da Bahia

presidente) e coronel Theodoro de Almeida Pupo (tesoureiro)”¹³, sem maiores explicações sobre a presença do coronel na chamada “joia da coroa” ou “bezerro de ouro” dos presbiterianos, como era considerada a Universidade Mackenzie, devido a seus recursos, excelentes postos de trabalho e remunerações. Na época a IPB disputava o controle da instituição, procurando aumentar sua órbita de influência, afastando assim a autoridade dos missionários presbiterianos da Junta de Nova York, seus fundadores.

Podemos inferir que a atuação do coronel Pupo na Mackenzie e na direção do Centro Áudio Visual Evangélico (CAVE)¹⁴ foi consideradas bem-sucedidas pelo regime militar, uma vez que em 1970 ele foi indicado pelo presidente general Médici, como interventor federal no município de Araras, em São Paulo, cujo prefeito Milton Severino do MDB, eleito em 1968,¹⁵ foi afastado utilizando-se do Ato Institucional nº 7.¹⁶ Baseando-se nesse ato o então presidente da República, general Médici, decretou a intervenção federal em Araras, determinando a posse, perante o ministro de Estado da Justiça, do coronel R/1 Theodoro de Almeida Pupo, como interventor.¹⁷ Assim sendo, o prefeito Severino e seu vice Devitte foram afastados de seus cargos em definitivo pelo decreto federal nº 66.537, de 06 de maio de 1970. Segundo um estudo sobre o desenvolvimento administrativo e urbano do município de Araras, o período de intervenção do coronel Pupo ficou marcado pela estagnação:

¹³ MATOS, Alderi. **Uma Igreja Peregrina – história da Igreja presbiteriana do Brasil de 1959 a 2009**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2009, p. 49.

¹⁴ O CAVE funcionou entre 1952 e 1971, chegou a contar com 28 igrejas colaboradoras. Sob direção do coronel Pupo, o órgão evangélico chegou a gravar propagandas para o regime militar.

¹⁵ Em 1968, Milton Severino e Acésio Devitte foram eleitos prefeito e vice-prefeito de Araras com 6.987 votos, contra 5.795 votos dos três candidatos que concorreram pelas sublegendas da Arena.

¹⁶ Editado em 26/02/1969, o AI-7 tratava da suspensão de todas as eleições até novembro de 1970. No dia 13 de março houve uma retificação do AI-7, que impôs uma nova lista de cassações.

¹⁷ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 05/05/1970.



Revista de História

Universidade Federal da Bahia

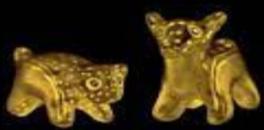
O Coronel Almeida Pupo, responsável pela administração de Araras durante o período de Ditadura Militar, foi nomeado pelo então presidente da República - General Médici -, como o interventor federal do município; a intervenção ocorreu por determinação dos militares, que temiam as lideranças de políticos de destaque no país, nesse caso Milton Severino. O Coronel Theodoro de Almeida Pupo ficou no poder administrativo da cidade de Araras de 1970 a 1973. A cidade ficou estagnada, não houve nenhuma obra durante sua administração, o Prefeito administrativo Coronel de Almeida Pupo, na verdade, não conhecia a cidade de Araras, só tinha passado pela cidade uma única vez, porque ele era da cidade de Campinas, também interior do Estado de São Paulo. Com isso, não sabia o que a população de Araras necessitava, não tinha nenhum projeto de desenvolvimento geográfico para a população ararense.¹⁸

O fato ilustra a forma como aconteciam as intervenções federais realizadas pela ditadura, que ocorriam não somente nas capitais e em cidades consideradas de “Segurança Nacional”, mas também em municípios pequenos e de pouca relevância para a política nacional, apenas para evitar o crescimento do MDB, o partido de oposição moderada.

Em relação ao coronel Renato Guimarães, da II Região Militar, localizamos sua participação na Comissão Especial de Seminários (CES),¹⁹ órgão criado pela IPB para fiscalizar os seminários e centros de formação da igreja, era o principal órgão responsável pela expulsão de alunos e professores e que determinou à diretoria do Seminário Presbiteriano do Recife o afastamento do professor João Dias de Araújo, em 1970.

¹⁸ BRANDT, Juliana Cristina. GARCIA, Renata Luigia C. O Desenvolvimento Administrativo de Araras da década de 60 a década de 90. *Revista UNAR*, v 7, n. 2, 2013, p. 7.

¹⁹ Criado oficialmente durante a reunião do Supremo Concílio da IPB, de julho de 1966. Resolução de nº 66-091 – doc. VI.



Revista de História

Universidade Federal da Bahia

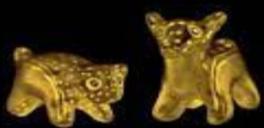
A criação do CES, durante a reunião do Supremo Concílio, realizado em Fortaleza em julho de 1966, marcou uma etapa definitiva da vitória dos fundamentalistas conservadores dentro da igreja. Entre as resoluções aprovadas na reunião consta: “Determinar que os professores dos seminários da IPB se dediquem ao preparo intelectual e espiritual de seus alunos e se abstenham de propaganda e práticas ecumenistas e ideológico-política”.²⁰ Era a sentença definitiva para a intervenção do Supremo Concílio, nos Seminários, Presbitérios e Sínodos, visando eliminar a propagação do ecumenismo e de um evangelho de cunho mais social, procurando se alinhar e agradar ao regime militar vigente. Muitos presbitérios argumentaram que as resoluções aprovadas feriam sua autonomia e a própria constituição da IPB, tentando recorrer da decisão, o que não impediu a visita de membros da CES aos Seminários para averiguar denúncias recebidas de comportamentos considerados impróprios praticados por professores e seminaristas.

Através do CES a igreja criava seu próprio organismo de informação, controle, censura e punição, em ressonância com os mecanismos similares utilizados pela ditadura. Segundo João Dias, essa opressão aos seminários para expulsarem seus professores e alunos também era realizada na forma de pressão financeira, podendo levar a dissolução do próprio seminário que não aceitasse os ditames do Supremo Concílio, fato que ocorreu com o Seminário Presbiteriano do Centenário (SPC) de Vitória. De acordo com Dias, esse seminário:

Passou a sofrer uma séria pressão, sobretudo, no setor financeiro, tendo em vista o atraso provocado pela tesouraria do Supremo Concílio em cumprir com suas obrigações para com os professores, provocando uma situação de incerteza.²¹

²⁰ *Digesto Presbiteriano*, 1961-1970, p. 246.

²¹ ARAÚJO, João Dias. **Inquisição sem fogueiras**. Rio de Janeiro: ISER, 2 ed, 1982, p. 114.



Revista de História

Universidade Federal da Bahia

A pressão para fechar o Seminário é externada pelo coronel Renato Guimarães em carta de 28 de setembro de 1967, assinada pelo coronel e endereçada a outro membro da CES, o reverendo Saulo de C. Ferreira, onde é colocada a possibilidade de punir aquela instituição de ensino e de pôr fim ao seu funcionamento. Esta postura repressiva deveria ser adotada, segundo o coronel, como resposta à pouca receptividade, ou seja, ao tratamento oferecido à Comissão pelas autoridades do Seminário.²² O que levou inevitavelmente ao fechamento do SPC, em 1969. No ano seguinte, encontramos o coronel Guimarães já como membro do Supremo Concílio, em 1974, na terceira eleição de Boanerges Ribeiro, coronel que também era ligado ao Sistema Nacional de Informações (SNI) e que se torna vice-presidente do Supremo Concílio.

Nesse período de extrema repressão de determinadas expressões de fé e de condutas políticas e sociais, seja por parte do governo ou da própria IPB, muitos religiosos enfrentaram um dilema espiritual e moral. Esses religiosos vão ser obrigados a fazer uma escolha que no mundo religioso evangélico é encarada como escolher entre “a cruz ou a espada”, isto é, fechar os olhos para os acontecimentos político-sociais do país e continuar respeitando a hierarquia do Supremo Concílio e seu apoio a ditadura da espada ou continuar com os olhos abertos e vigilantes, defendendo aquilo que esses homens e mulheres acreditavam ser o caminho da cruz, do evangelho social, do ecumenismo e da dignidade e respeito aos valores humanos. A escolha pela opção vista como o caminho da “cruz” gerou uma ruptura de uma parcela importante do mundo

²² VILELA, Márcio Ananias Ferreira. Memórias, Discursos e Práticas: A Igreja Presbiteriana Do Brasil Durante as Décadas de 1960 e 1970. *História Oral, anais*, 2014, p. 12.



Revista de História

Universidade Federal da Bahia

protestante, que não coadunou com o regime militar. Jaime fez sua escolha afastando-se desde 1968 da IPB e criando uma série de projetos em defesa dos direitos humanos e pelo respeito inter-religioso, sendo seguido e apoiado por diversos outros reverendos da ala ecumenista da igreja, não só com os reverendos expulsos e/ou afastados da IPB, como também por diversos outros pastores e religiosos expulsos de diversas outras igrejas protestantes, cujas instituições haviam escolhido fechar os olhos e seguirem o caminho da “espada”.

No ano de 1973, desapareceu o irmão de Jaime, Paulo Stuart Wright, deputado estadual cassado por Santa Catarina, expulso da IPB²³ ainda em 1964, após a igreja receber documentos provenientes do Comando do 5º Distrito Naval de Florianópolis acerca da atuação política do então deputado do Partido Social Progressista (PSP); mais tarde Paulo entrou para a luta armada, por meio da Ação Popular Marxista-Leninista (APML),²⁴ sendo sequestrado pelo II Exército, preso e levado ao DOI-CODI,²⁵ de São Paulo, onde foi morto. Com o desaparecimento do irmão, cresceu o protagonismo de Jaime, que partiu em busca de respostas, segundo relato de Dom Evaristo Arns:

O deputado havia sido morto antes de 1973 [nesse ano], mas nós não sabíamos. Sempre havia novas notícias, espalhadas por maldade, dizendo que ele estava vivo. Disseram, por exemplo, que ele estava no Chile. Deram até o endereço. Jaime Wright foi a Santiago, para a rua tal, número tal, que existia, mas lá não havia ninguém chamado Paulo Wright. Outra vez, enganaram Jaime, para que ele fosse para a Amazônia. Disseram que Paulo

²³ Em razão dos referidos documentos – segundo consta em Ata – o Conselho, em 1964, resolveu vetar a posse do Sr. Paulo Wright ao cargo de presbítero, eliminando-o também do rol de membros efetivos daquela comunidade religiosa. Ata do Conselho da Igreja Presbiteriana de Florianópolis, nº 1284, 19/10/99.

²⁴ A AP rachou em 1971, formando-se duas facções que passaram a reivindicar, ao mesmo tempo, o nome de Ação Popular Marxista Leninista (APML), uma liderada por Duarte Pereira, Haroldo Lima, Aldo Arantes e José Renato Rabelo, mais próxima ao PCdoB e que acabaria se incorporando a ele, e outra menor, liderada por Jair Ferreira de Sá, Paulo Wright e Manoel da Conceição, formando a fração da APML, também conhecida como “AP Socialista”.

²⁵ Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna.



Wright estava no Araguaia. Ele foi checar. Jaime Wright foi infatigável na procura do irmão.²⁶

Nesse período Jaime foi um dos grandes idealizadores da criação da Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE), em 13 de junho de 1973. No CESE, Jaime foi o responsável pelo projeto de publicação de um milhão e oitocentos mil exemplares da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em comemoração aos 25 anos da declaração. Em 31 de outubro de 1975 participou com D. Paulo Arns e o rabino Henry Sobel do culto em memória ao jornalista judeu Wladimir Herzog, preso, torturado e morto no DOI-CODI de São Paulo. Herzog tinha 38 anos, era casado e pai de dois filhos, era diretor do departamento de telejornalismo da TV Cultura, professor de jornalismo na Universidade de São Paulo (USP) e membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que atuava politicamente no movimento de combate contra a ditadura. O PCB não participava da luta armada, por isso, geralmente seus membros, quando presos, eram separados de outras siglas nos presídios, para não haver cooptação para a lutar armada.

Em 24 de outubro de 1975 agentes do II Exército, durante a “Operação Jacarta”, que visava a eliminação do PCB, convocaram Vladimir para prestar depoimento sobre as ligações que ele mantinha com o “Partidão”, que durante o regime militar atuava na ilegalidade.

Segundo a própria nota do Exército,²⁷ Herzog se apresentou voluntariamente no dia seguinte, às 8 horas da manhã, ao DOI-CODI, junto com outro colega de profissão, sendo acareado junto com seus delatores George

²⁶ DASILIO, Derval. **Jaime Wright: O Pastor dos Torturados**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2012, p. 75.

²⁷ Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/upload/001-Vladimir-Herzog-CEMDP001.pdf>
Acesso: 21/07/2021.



Revista de História

Universidade Federal da Bahia

Benigno Jatahy e Rodolfo Konder. Vladimir teria negado seu vínculo com o PCB, então os jornalistas foram levados para um corredor, de onde escutaram uma ordem para que se preparasse a máquina de choques elétricos para a tortura. Em seguida, Konder foi levado à tortura, e Herzog não mais foi visto vivo às 16 horas, após 8 horas de tortura: foi declarado morto por “suicídio”. Prática comum do regime militar, que alegava que as vítimas das suas torturas e assassinatos eram suicidas, popularizando na época o termo “fora suicidado”, segundo Elio Gaspari, a morte de Manoel Fiel Filho, três meses após o assassinato de Herzog, representava até aquele momento o “39º suicida do regime, e o 19º a se enforcar”.²⁸

Segundo o informe divulgado pelo II Exército, Herzog havia cometido suicídio em sua cela, se enforcando: “ao ser procurado na sala onde fora deixado, desacompanhado, foi encontrado morto, enforcado, tendo para tanto utilizado uma tira de pano”,²⁹ tira de pano que alegadamente seria a cinta do próprio macacão padrão do DOI-CODI, o que contradiz o próprio depoimento de um comandante do DOI-CODI, o então general de brigada e chefe do Estado-Maior do I Exército, Leônidas Pires Gonçalves, que afirmou que:

“Os presos botavam um macacão, porque não podíamos deixar nada que eles pudessem usar para se automortificar ou se matar. Era um macacão liso, não tinha cinto, não tinha nada”.³⁰

²⁸ GASPARI, Elio. **A Ditadura Encurralada: O Sacerdote e o Feiticeiro**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, p. 359.

²⁹ Informe do II Exército. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/24012-o-instante-decisivo.shtml>. Acesso: 06/02/2023.

³⁰ D'ARAÚJO, op. cit., p.245.

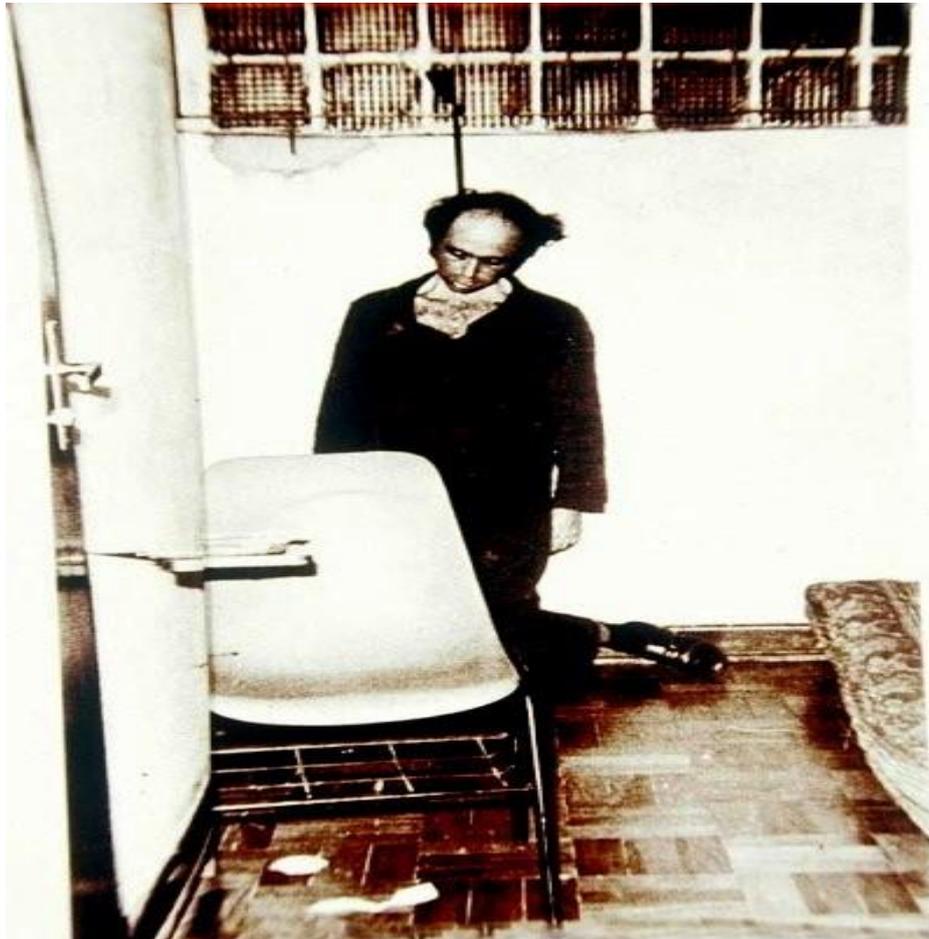


Revista de História

Universidade Federal da Bahia

Dessa forma, o “suicido” foi desmentido pelas evidências, principalmente pela foto tirada pelo fotógrafo Silvado Leung Vieira:

Imagem 1 – Morte de Herzog, nas dependências do DOI-CODI



Fonte: Acervo do Brasil Nunca Mais. Foto Silvado Leung.

Segundo Silvado Leung Vieira, que era fotógrafo do Instituto de Criminalística da Polícia Civil de São Paulo, e confessou em entrevista:

Ainda carrego um triste sentimento de ter sido usado para montar essas mentiras. Disseram apenas que era um trabalho sigiloso e que eu não deveria contar para ninguém. A requisição veio do Dops. [...] Tudo foi manipulado, e infelizmente eu acabei fazendo parte dessa manipulação. Depois me dei conta que havia



me metido em uma roubada. Isso aconteceu, acho, porque eles precisavam simular transparência.³¹

A foto de Vieira mostrando que o preso "se enforcou" atando um pano na primeira barra da janela, a 1,63 metro de altura do solo também foi cortada, para não mostrar a barra superior da janela, que poderia ter sido usada, se Herzog quisesse de fato se enforcar, subindo na carteira escolar e se projetando em voo livre.

Dessa forma, a imagem 1 reproduzia, mostrando os pés de Herzog tocando o chão depõem contra a ideia de suicídio, segundo os peritos técnicos. Nessa posição o enforcamento seria fisicamente impossível de ser realizado pelo indivíduo. O rabino Henry Sobel, líder da comunidade judaica, considerou as marcas das torturas em Herzog relevantes para descartar a hipótese de suicídio e assim poder realizar seu enterro, seguindo os preceitos judaicos. Seu enterro foi realizado no centro do Cemitério Israelita do Butantã, o que implicava desmentir publicamente a versão oficial de suicídio, visto que segundo a teologia judaica, um suicida não poderia ser enterrado seguindo os rituais tradicionais judaicos. Na semana seguinte à morte do jornalista foi realizada a missa de sétimo dia, na Catedral da Sé, que se transformou num ato de repúdio a ditadura.

O ato ecumênico inter-religioso pela morte de Herzog tornou-se uma das primeiras grandes manifestações de protesto pós-68 contra a violência da ditadura militar.

³¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/24012-o-instante-decisivo.shtml>. Acesso: 06/02/2023.



Revista de História

Universidade Federal da Bahia

Imagem 2 – Jaime Wright, Paulo Arns e Henry Sobel, cerimônia em homenagem a Herzog



Fonte: Acervo do Brasil Nunca Mais – BR UNICAMP IFCH/AEL BNM 700.

O ato ecumênico reuniu cerca de 8 mil pessoas dentro e fora da Catedral da Sé, em São Paulo, unindo numa mesma oração, um representante protestante, um católico e um judeu. A cerimônia foi comandada conjuntamente por D. Paulo, pelo reverendo Jaime Wright e pelo rabino Henry Sobel.

Três anos após a morte de Herzog, Jaime participou da fundação do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos do Cone Sul (CLAMOR), em 1978, junto com Jean Rocha e Luiz Eduardo Greenhalgh, este último advogado e presidente do Comitê Brasileiro Pela Anistia (CBA) de São Paulo. Jaime, que ainda procurava por pistas sobre o paradeiro do seu irmão Paulo, começou a reunir uma vasta documentação e informações que eram coletadas e trocadas entre os familiares dos desaparecidos políticos, que formavam uma rede de solidariedade, que muitas vezes incluía reuniões e participação nessas entidades: CESE, CBA, CLAMOR, entre outras, que lutavam pelos direitos humanos e



confrontavam a repressão. Segundo Enrique Padrós, entidades como o CLAMOR salvaram inúmeras vidas:

Em resumo, fortaleceu desesperançados e ajudou a salvar vidas, muitas vidas. Em tempos de terrorismo de Estado, de conexão repressiva e de Operação Condor, quantas vidas foram salvas? É impossível quantificar todos os que receberam ajuda direta, indiretamente ou que foram reanimados pelos efeitos, mesmo que distantes, produzidas por sua ação expansiva e dos seus integrantes (individualmente ou em conjunto), dos seus colaboradores diretos, dos seus boletins, em fim, dos seus *clamores* de denúncia e dignidade.³²

É a partir do seu trabalho na Arquidiocese de São Paulo que Jaime passou a coordenar o desenvolvimento do projeto Brasil Nunca Mais (BNM). Idealizado por membros do CBA do Rio de Janeiro, liderada pela advogada Eny Raimundo Moreira,³³ o projeto BNM passou a organizar e reunir toda uma documentação sobre a tortura e repressão no Brasil, através de fontes oficiais do Estado, indo atrás de processos e documentos junto ao Superior Tribunal Militar.

Esse pode ser considerado o maior projeto da vida de Jaime, que além de escolhido para coordenar o projeto, teve como uma das principais missões a de tesoureiro, obtendo financiamento para microfilmar as centenas de páginas de todos os autos judiciais, que depois seriam enviadas ao exterior. Jaime “assumiu o risco de viajar diversas vezes para a Suíça para depositar os rolos de filme [...]. Prestava conta dos trabalhos e trazia o dinheiro escondido na roupa.”³⁴ Para financiar o projeto, Jaime solicitou ajuda ao CMI, obtendo assim os recursos financeiros necessários com o secretário-geral Philip Potter, com o auxílio do

³² PADRÓS, Enrique Serra. CLAMOR: A solidariedade contra o terrorismo de Estado e a Operação Condor. *Projeto História*. São Paulo, v. 50, 2014, p. 81.

³³ O CBA-RJ foi fundado em 18/02/78. Em depoimento, Eny conta que a ideia teve origem nas falas do jurista e advogado de presos políticos Heráclito Fontoura Sobral Pinto. Disponível no Acervo do Armazém Memória. In: <https://www.youtube.com/watch?v=VuFK3tbj7w4> Acesso: 03/05/2020

³⁴ DASILIO, op. cit., p. VIII.



Revista de História

Universidade Federal da Bahia

reverendo presbiteriano Charles Roy Harper.³⁵ Após seis anos de trabalho, ao custo total de 500.000 mil dólares, foram produzidos um documento denominado “Projeto A”,³⁶ com a análise e a catalogação das informações constantes dos autos dos processos judiciais em 6.891 páginas divididas em 12 volumes.³⁷ Ao longo dos 21 anos do período ditatorial que se abateu sobre o Brasil, cerca de 50.000 mil pessoas foram presas: 7.367 indiciadas, 10.034 atingidas na fase inicial de Inquérito Policial Militar (IPM), com 707 processos na Justiça Militar por crimes contra a Segurança Nacional, sendo 4.862 cidadãos cassados, 130 banidos,³⁸ centenas de exilados e 434 mortos e desaparecidos políticos.³⁹

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Jaime Wright contribuiu com o processo de redemocratização política do Brasil. A exemplo de tantos outros, sua trajetória religiosa, social e política possibilita analisarmos inúmeros contextos e problematizar como vários membros e reverendos ligados à IPB tiveram, a partir da década de 1960, suas práticas políticas e religiosas questionadas e investigadas pelos órgãos de repressão e informação do Estado ditatorial e/ou pela própria igreja e que resultou na repressão política e religiosa a diversos reverendos e presbíteros.

³⁵ O reverendo presbiteriano brasileiro foi colega de Paulo Wright no Instituto Ecumênico de Bossey. Funcionário da CMI, ele atuava como intermediário, tanto no transporte de documentos e informes até Genebra, quanto retornando com recursos financeiros. Também ajudou nas denúncias na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas.

³⁶ Devido à dificuldade de leitura e até de manuseio deste trabalho D. Evaristo Arns idealizou o “Projeto B”, um livro homônimo que resumisse o “Projeto A” em um espaço 95% menor.

³⁷ Foram efetuadas 25 cópias do “Projeto A” e encadernadas em capa dura, preta com letras douradas. Doadas 14 cópias para universidades, bibliotecas e centros de documentação de entidades dedicadas à defesa dos direitos humanos no Brasil e ofertadas 11 cópias para instituições estrangeiras. Uma das cópias do Projeto A se encontra na Faculdade 2 de Julho.

³⁸ SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida. **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**. Volume 1, 2009, p 152.

³⁹ Foi utilizado o número de mortos e desaparecidos que consta no *Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade*; v. 3, 2014.



Revista de História

Universidade Federal da Bahia

Pelas contribuições de Jaime Wright na luta pelos direitos humanos, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 1.836 do deputado Fábio Sousa (PSDB-GO), para inscrever o nome do reverendo presbiteriano Jaime Nelson Wright no Livro dos Heróis da Pátria. O livro se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia, monumento construído na Praça dos Três Poderes, em Brasília. O projeto recebeu parecer favorável do relator, o deputado Elizeu Dionizio (PSB-MS). Como foi aprovado em caráter conclusivo, o projeto deve seguir diretamente para análise do Senado, a menos que haja recurso para que a decisão final na Câmara seja em Plenário.

Apesar dessa rica trajetória, não podemos correr o risco de mitificar o objeto de pesquisa, já que isso poderia ameaçar a construção biográfica do personagem. Toda biografia é de certa forma uma construção narrativa e discursiva, representando um olhar, entre os inúmeros olhares possíveis. Dessa forma, esse artigo não tem pretensão de realizar algum tipo de resgate histórico, até porque consideramos a tentativa de um resgate biográfico uma tarefa quase impossível, pela ótica da *biografia renovada*, onde procuramos dar sentido a um sujeito “fragmentado” dividido no tempo e espaço em pequenos “pedaços” documentados.

Foi através das possibilidades fornecidas pelas fontes que fomos explorando e tentando entender esse personagem histórico. Tais fontes não são apresentadas ao historiador de forma linear, como um diário de vida, relatando dia após dia, mês após mês, os fatos ocorridos e sim de forma espaçada, desarticulada, com lacunas de meses, às vezes anos. Portanto, esse estudo de trajetória é uma tentativa de articular esse sujeito dividido, inevitavelmente uma identidade em construção. Nosso objetivo também não é o de encerrar o assunto



Revista de História

Universidade Federal da Bahia

em relação ao personagem, pelo contrário, ao colocarmos em evidência o sujeito histórico em seus diferentes contextos e através de diferentes perspectivas, buscamos fomentar o debate e a discussão, sendo esse o papel atual da *biografia renovada*.

Analisar a trajetória de vida do reverendo Jaime Wright possibilita compreendemos todo um panorama político, social e religioso de uma época, conjuntamente com a história de outros personagens, de outros religiosos ou não, que restaram esquecidas. Buscamos nessa pesquisa compreender às inúmeras dimensões do vivido ao longo de uma trajetória da vida, dentro dos seus limites, possibilidades e incongruências, evitando prejulgamentos simplistas e generalizações. Mergulhar na vida desse personagem histórico, em seus escritos, seus papéis legados a posterioridade, é também partilhar seus sonhos, reviver suas lutas e aprender com suas histórias, sendo uma experiência emocionante e, sobretudo, enriquecedora.

Nessas poucas páginas, acompanhando a trajetória de vida do reverendo Jaime Wright, algumas lições históricas podem ser retiradas, como uma melhor compreensão do processo de luta pela democracia no Brasil.



Referências bibliográficas:

ALVES, Rubem. **Protestantismo e Repressão**. São Paulo: Ática, 1979.

ARAÚJO, João Dias de. **Inquisição Sem Fogueiras**. Rio de Janeiro: ISER, 2 ed, 1982.

BRANDT, Juliana Cristina. GARCIA, Renata Luigia C. O Desenvolvimento Administrativo de Araras da década de 60 a década de 90. **Revista UNAR**, v. 7, n. 2, 2013.

CASIMIRO, Arival D. **Resistindo à secularização**. Santa Bárbara d'Oeste, SOCEP, 2002.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DASILIO, Derval. **Jaime Wright: O Pastor dos Torturados**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2012.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. (Org) **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Encurralada: O Sacerdote e o Feiticeiro**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

JUNIOR, Valdir Gonzalez Paixão. Poder, memória e repressão: a Igreja Presbiteriana do Brasil no período da ditadura militar (1966-1978). Bauru: **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 2, n. 2, p. 20-41, 2014.

MATOS, Alderi Souza de. **Uma Igreja Peregrina – história da Igreja presbiteriana do Brasil de 1959 a 2009**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2009.

PADRÓS, Enrique Serra. CLAMOR: A solidariedade contra o terrorismo de Estado e a Operação Condor. **Projeto História**. São Paulo, v. 50, 2014.



Revista de História

Universidade Federal da Bahia

SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida. **Desarquivando a ditadura**: memória e justiça no Brasil. Volume 1, 2009.

VILELA, Márcio Ananias Ferreira. Memórias, Discursos e Práticas: A Igreja Presbiteriana Do Brasil Durante as Décadas de 1960 e 1970. **ABHO**, anais. Teresinha: UFPI, 2014.